

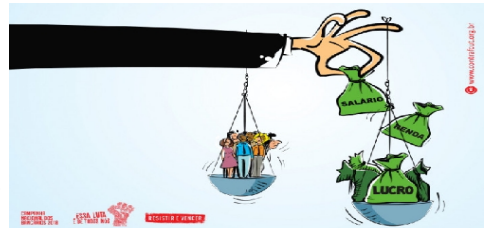
Ano XX nº 5860 – 25 julho de 2018

Em 2017, R\$ 354,8 bilhões foram transferidos da renda dos trabalhadores para pagar juros aos bancos

Uma transferência absurda de renda dos que têm menos para o setor mais rico do Brasil. Assim a presidenta da Contraf-CUT, Juvandia Moreira, classifica os dados divulgados na terça-feira (24) pela Federação do Comércio do Estado de São Paulo (Fecomércio-SP), informando que o pagamento de juros aos bancos é a maior despesa das famílias brasileiras. Foram R\$ 354,8 bilhões transferidos da renda dos trabalhadores para as instituições financeiras em 2017, o que representa 17,9% de aumento real, ou seja, já descontada a inflação.

De acordo com o levantamento, o montante gasto pelas famílias com juros em 2017 superou os R\$ 291,3 bilhões gastos com alimentação fora de casa, os R\$ 154,3 bilhões dos gastos com transporte urbano e os R\$ 129,9 bilhões pagos em aluguel. “São os bancos agravando a já absurda desigualdade social no Brasil”, critica Juvandia. “E fazem isso também quando demitem milhares de bancários, agravando a crise de desemprego que faz com que um em cada quatro brasileiros esteja à procura de um emprego.” Desde 2016 os bancos extinguiram 41.304 postos de trabalho, período em que viram seus lucros crescerem como sempre.

De acordo com Altamiro Carvalho, assessor econômico da Fecomércio-SP, os gastos das famílias com juros devem continuar em alta, reforçado pela baixa concorrência bancária no Brasil. Diante do crédito escasso, bancos cobram quanto querem para emprestar, mesmo pagando menos para captar dinheiro, já que a taxa oficial de juro no Brasil, a Selic, está baixa. Em 2017, as despesas com juros absorveram 10,8% da renda das famílias, contra 9,5% no ano passado.



Terceira mesa com BB traz poucos avanços em saúde e segurança

A terceira mesa de negociações entre o Comando Nacional dos Bancários, representado pela Comissão de Empresa dos Funcionários do Banco do Brasil da Contraf-CUT, e o banco aconteceu nesta segunda-feira (23), na Sede do BB em Brasília.

Conforme divulgado no calendário das negociações, o encontro tratou dos temas da Minuta de Reivindicações do Acordo Coletivo Aditivo (ACT) relacionados a Saúde do Trabalhador e Segurança Bancária.

A Comissão de Empresa abriu a reunião fazendo um relato dos problemas de afastamentos e adoecimento dos funcionários que, em muitas das situações são causados pela forma de cobrança das metas. Muitas metas abusivas são estabelecidas no BB fora do acordo de trabalho das equipes e com o controle e solicitação exclusiva do gestor, sem ligação com as metas das agências, no caso do BB, o sistema Conexão.

Os funcionários reclamam que as metas geralmente não precificam o mês de férias, o que faz com que até no período de gozo da folga o funcionário não descanse por aquele mês constar como queda de rendimento.

O banco ficou de avaliar essas situações com as áreas gestoras para entender melhor os problemas.

Não há razão para demissões nos bancos

A definição de injustiça pode ser ilustrada pela relação entre o lucro e as demissões promovidas pelos bancos no Brasil.

Mesmo em um cenário econômico dos mais adversos, os bancos são um dos poucos setores que permanecem ganhando como sempre ganharam. Ainda assim, extinguem milhares de postos de trabalho todos os anos, agravando o desemprego que assola o Brasil desde o golpe.

“Os bancos não têm razão para demitir e é isso que vamos cobrar na rodada de negociação desta quarta-feira”, afirma Juvandia Moreira, presidenta da Confederação Nacional dos Trabalhadores do Ramo Financeiro (Contraf-CUT). “Queremos respeito aos empregos e também garantir na CCT que os bancários não sejam trocados por trabalhadores terceirizados, nem pelas formas de contratação previstas na lei trabalhista do pós-golpe, como autônomos, intermitentes”, reforça a dirigente que é uma das coordenadoras do Comando Nacional dos Bancários, responsável por negociar com a federação dos bancos (Fenaban).